

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.509 - SP (2019/0356565-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : JULIO CESAR CAGLIUME
ADVOGADO : JULIO CESAR CAGLIUME - SP394986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CIRO DOMICIANO PEDROSO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CIRO DOMICIANO PEDROSO JUNIOR contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que indeferiu a liminar no HC n. 2255053-84.2019.8.26.0000.

Nesta via, o impetrante alega a ocorrência de constrangimento ilegal capaz de superar o óbice do enunciado da Súmula 691/STF, diante da ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a medida liminar.

Sustenta inexistir motivação válida a justificar o indeferimento ao paciente do direito de recorrer solto, destacando que, embora o apenado tenha respondido preso ao processo, tal fato não obsta a concessão da liberdade.

Assevera a ilegalidade da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Defende a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

Aduz ser devido ao réu o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, nos termos do julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferido ao paciente o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado da condenação ou a aplicação de medidas alternativas, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se "*no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada*" (AgRg no HC 515.197/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, pois a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, consoante se infere da seguinte passagem:

"A análise sumária da impetração não autoriza inferir a

Superior Tribunal de Justiça

existência dos requisitos cumulados típicos da medida liminar.

Isso porque, em verdade, a matéria arguida – possibilidade de apelo em liberdade – diz respeito ao próprio mérito do 'writ', escapando, portanto, aos restritos limites de cognição da cautelar, que há de ser deferida apenas nos casos em que exsurge flagrante a ilegalidade afirmada, o que não se verifica na espécie.

Por conseguinte, indefiro a liminar.

Requisitem-se informações da autoridade judiciária apontada como coatora, encaminhando-se, em seguida, os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça." (e-STJ fl. 116).

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefer-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator